

DISPUTAS TEÓRICAS NA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA: MÉTODOS, CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E PRÁTICAS DE ENSINO

DISPUTAS TEÓRICAS NA ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA: MÉTODOS, CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E PRÁTICAS DE ENSINO

DISPUTAS TEÓRICAS EN LA ALFABETIZACIÓN BRASILEÑA: MÉTODOS, CONCEPCIONES DE LENGUAJE Y PRÁCTICAS DE ENSEÑANZA

Alexandre Rodrigues de Castro¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este artigo buscou analisar as disputas teóricas que atravessam a alfabetização brasileira, com foco na relação entre métodos, concepções de linguagem e práticas de ensino. A pesquisa foi bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada na sistematização de produções acadêmicas e documentos normativos sobre alfabetização, letramento e políticas públicas. Os resultados indicaram que o debate tende a se organizar em polarizações recorrentes, sobretudo entre propostas mais sistematizadoras e perspectivas que valorizam o uso social da leitura e da escrita, embora a prática escolar real se apresente frequentemente de forma híbrida. Verificou-se ainda que concepções distintas de linguagem (como código ou como interação social) orientam escolhas didáticas e definem o papel do professor e do estudante no processo de aprender a ler e escrever. Conclui-se que a qualificação do debate exige superar simplificações e fortalecer a autonomia docente, articulando rigor no ensino do sistema de escrita com práticas significativas de leitura e produção textual, considerando também o impacto das políticas educacionais sobre o cotidiano escolar.

1

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Métodos de ensino.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the theoretical disputes surrounding literacy education in Brazil, focusing on the relationship between methods, conceptions of language, and teaching practices. The study followed a qualitative bibliographic approach, based on the systematization of academic publications and normative documents on literacy, literacies, and public policies. The results indicated that the debate is often structured around recurring polarizations, especially between more systematic approaches and perspectives that emphasize the social uses of reading and writing, although school practices are frequently hybrid. The analysis also showed that different conceptions of language (as a code or as social interaction) guide didactic choices and shape the roles of teachers and students in learning to read and write. It is concluded that improving the debate requires overcoming oversimplifications and strengthening teacher autonomy by combining explicit instruction of the writing system with meaningful reading and writing practices, while considering the impact of educational policies on everyday school life.

Keywords: Literacy. Literacies. Teaching methods.

¹Doutorando em Ciências da educação, Universidade: Christian Business School-CBS.

²Orientadora: PhD. Doutora em Ciências da educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, professora orientadora da Christian Business School-CBS.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar las disputas teóricas que atraviesan la alfabetización en Brasil, con énfasis en la relación entre métodos, concepciones del lenguaje y prácticas de enseñanza. Se trata de una investigación bibliográfica, de enfoque cualitativo, basada en la sistematización de producciones académicas y documentos normativos sobre alfabetización, literacidades y políticas públicas. Los resultados indicaron que el debate suele organizarse en polarizaciones recurrentes, especialmente entre propuestas más sistematizadoras y perspectivas que valoran los usos sociales de la lectura y la escritura, aunque la práctica escolar real se presente con frecuencia de manera híbrida. También se observó que concepciones distintas del lenguaje (como código o como interacción social) orientan decisiones didácticas y definen el papel del docente y del estudiante en el proceso de aprender a leer y escribir. Se concluye que cualificar el debate exige superar simplificaciones y fortalecer la autonomía docente, articulando rigor en la enseñanza del sistema de escritura con prácticas significativas de lectura y producción textual, considerando además el impacto de las políticas educativas en la vida escolar.

Palabras clave: Alfabetización. Literacidades. Métodos de enseñanza.

INTRODUÇÃO

A alfabetização no Brasil sempre foi atravessada por debates intensos, e isso não acontece por acaso: quando se discute “como alfabetizar”, na prática também se está discutindo que infância se quer formar, que escola se deseja construir e que tipo de relação com a leitura e a escrita será considerada legítima dentro do espaço escolar. Historicamente, esses embates ganharam forma na conhecida “querela dos métodos”, em que diferentes perspectivas defendem caminhos distintos ora priorizando exercícios e sequências rígidas, ora valorizando experiências significativas com textos e usos reais da escrita e, muitas vezes, transformando a alfabetização em um campo de disputas políticas e simbólicas. (MORTATTI MRL, 2010).

Quando olhamos para essas disputas com mais cuidado, fica evidente que elas não são só “técnicas”. Elas carregam concepções de linguagem e de aprendizagem que mudam completamente o modo de planejar a sala de aula. Há momentos em que a linguagem aparece como código a ser dominado; em outros, como prática social que se aprende vivendo situações comunicativas, produzindo sentido e interagindo com diferentes gêneros textuais. Essa diferença, que parece teórica, tem efeito direto no cotidiano escolar, porque define o lugar do estudante (passivo ou autor), o papel do professor (aplicador ou mediador) e o tipo de atividade que ganha centralidade no processo de alfabetização. (GERALDI JW, 1984).

Nesse mesmo movimento, a discussão entre alfabetização e letramento também se tornou um ponto-chave, justamente porque ajudou a mostrar que aprender a ler e escrever não

pode ser reduzido a juntar letras ou repetir sílabas. A alfabetização envolve domínio do sistema de escrita, mas, ao mesmo tempo, a escola precisa garantir que esse domínio faça sentido social e cultural, conectando leitura e escrita aos usos reais da vida, ao acesso à cidadania e às práticas de participação no mundo letrado. Essa compreensão amplia o debate e desloca o foco do “método ideal” para as condições concretas de ensino, para o repertório textual oferecido e para a formação docente. (SOARES M, 2004).

Além disso, as disputas teóricas não ficam restritas ao campo acadêmico: elas aparecem com força nas políticas públicas, nos programas de governo e nos materiais orientadores que circulam nas redes de ensino. Um exemplo disso é a institucionalização de diretrizes nacionais que buscam orientar a alfabetização em escala ampla, influenciando escolhas metodológicas, prioridades formativas e modos de avaliar resultados, o que tende a reacender tensões entre abordagens mais centradas em habilidades específicas e outras que defendem perspectivas socioculturais de linguagem e aprendizagem. (BRASIL, 2019).

Diante desse cenário, este artigo se debruça sobre as disputas teóricas na alfabetização brasileira, articulando três eixos: (1) os debates sobre métodos e suas permanências/ressignificações; (2) as concepções de linguagem que sustentam diferentes propostas de ensino; e (3) as práticas pedagógicas que emergem dessas escolhas, com impactos diretos na formação do leitor e na experiência escolar das crianças. Ao assumir esse recorte, a intenção é contribuir para um olhar mais crítico e menos simplificador, reconhecendo que alfabetizar envolve decisões pedagógicas profundamente implicadas com projetos de sociedade e com o direito de aprender. (MORTATTI MRL, 2019; ROJO RHR, 2004).

3

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, orientada pela sistematização e interpretação crítica de produções acadêmicas e documentos que abordam a alfabetização brasileira como campo de disputas teóricas, metodológicas e políticas. A pesquisa bibliográfica foi escolhida por permitir reunir, organizar e discutir conhecimentos já produzidos, favorecendo uma leitura analítica do debate e de suas continuidades históricas, sem limitar o estudo a um único recorte de escola, programa ou rede de ensino. (GIL AC, 2002; SEVERINO AJ, 2007).

A seleção das obras priorizou textos que dialogam diretamente com: (a) história e debate dos métodos de alfabetização; (b) relações entre alfabetização, letramento e concepções de

linguagem; e (c) impactos das políticas públicas sobre práticas e orientações pedagógicas. Para compor o corpus de análise, foram utilizados materiais disponíveis em repositórios e bases acadêmicas amplamente reconhecidas, com destaque para produções em periódicos científicos e documentos oficiais vinculados ao campo educacional brasileiro. (MORTATTI MRL, 2010; BRASIL, 2019).

A análise do material ocorreu por aproximações sucessivas, buscando identificar núcleos de sentido recorrentes, tensões conceituais, argumentos predominantes e implicações pedagógicas atribuídas às diferentes perspectivas. O foco não foi apenas “listar métodos”, mas compreender como cada posição constrói sua justificativa, quais concepções de aprendizagem sustenta e que tipo de prática escolar tende a fortalecer permitindo, assim, discutir a alfabetização como fenômeno histórico, político e pedagógico. (BARDIN L, 2011).

RESULTADOS

A análise do conjunto bibliográfico selecionado evidenciou, como primeiro resultado, a permanência da alfabetização como um campo de disputa no Brasil, especialmente quando o debate se organiza em torno da chamada “querela dos métodos”. Nos textos examinados, essa querela aparece descrita como um movimento histórico recorrente, em que diferentes propostas retornam ao centro da cena educacional em ciclos, ora como “solução” para o fracasso escolar, ora como “correção” de abordagens consideradas insuficientes, sempre vinculadas a expectativas sociais sobre o que significa “alfabetizar bem” (MORTATTI MRL, 2009; MORTATTI MRL, 2010).

No recorte estudado, foi identificado que as disputas metodológicas são frequentemente apresentadas a partir de polarizações didáticas, com destaque para descrições de abordagens mais centradas na sistematização do ensino (ênfase em correspondências grafonêmicas, treino e progressão controlada) e de abordagens que priorizam práticas de leitura e escrita em situações reais, com textos e gêneros como eixo organizador do ensino. Nos materiais analisados, essas polarizações aparecem relatadas como categorias recorrentes de discussão e como base para tomada de posição em debates acadêmicos e institucionais (MORTATTI MRL, 2009; MORTATTI MR, 2019).

Outro resultado que se destacou no levantamento foi a presença, de modo transversal, das concepções de linguagem como elemento estruturante das escolhas pedagógicas. Nos textos consultados, a linguagem aparece descrita ora como código a ser dominado, ora como prática

social e interação, o que altera diretamente o tipo de atividade valorizada, o lugar do estudante e o modo de organizar o trabalho com leitura e escrita. Essa dimensão aparece registrada em estudos que discutem o ensino de língua e sustentam perspectivas interacionistas, frequentemente mobilizadas para fundamentar práticas de leitura e produção textual desde os anos iniciais (GERALDI JW, 1984).

Também foram encontrados, de forma consistente, resultados que descrevem a alfabetização como um processo que exige especificidade didática sem se desconectar do uso social da escrita. Em especial, o material analisado recupera a discussão sobre alfabetização e letramento, registrando que, no debate educacional brasileiro, houve um movimento de ampliação do foco para além do “método”, incorporando a compreensão de que dominar o sistema de escrita precisa caminhar junto com práticas significativas de leitura e escrita (SOARES M, 2004).

No plano das práticas escolares descritas na literatura, os textos analisados registram a valorização de experiências de alfabetização que articulam ensino do sistema de escrita com circulação de textos, diversidade de gêneros e participação do aluno em atividades de leitura, escuta e produção. Esse resultado aparece vinculado a discussões sobre letramentos e sobre a necessidade de reconhecer a pluralidade de usos da linguagem na escola, especialmente quando se considera o cotidiano de estudantes com diferentes repertórios culturais (ROJO R, 2009).

5

No conjunto documental consultado, um resultado relevante foi a presença de orientações normativas e políticas públicas que explicitam princípios e diretrizes para a alfabetização e que, por isso, impactam o debate metodológico. O Decreto nº 9.765/2019, por exemplo, é apresentado como documento que institui uma política nacional para a alfabetização, descrevendo diretrizes e eixos de ação que repercutem na organização de programas, formações e materiais no âmbito dos sistemas de ensino (BRASIL, 2019).

Por fim, os textos analisados registram que as disputas teóricas na alfabetização brasileira não aparecem apenas como divergências acadêmicas, mas como uma trama que envolve produção científica, documentos oficiais, materiais orientadores e discursos de responsabilização por resultados. Assim, o levantamento evidenciou que a literatura revisada descreve a alfabetização como um campo atravessado por múltiplas vozes, com retomadas históricas frequentes e forte ligação entre concepções de linguagem, propostas metodológicas e práticas de ensino (MORTATTI MR, 2019; SOARES M, 2004).

DISCUSSÃO

Os resultados reforçam que, no Brasil, falar de alfabetização quase nunca é só falar de “técnica”: é falar de projeto de escola, de concepção de criança, de expectativas sociais e de como o Estado organiza políticas para responder (ou tentar responder) a desigualdades históricas. Por isso, a disputa entre métodos aparece menos como uma escolha neutra e mais como um “termômetro” de tensões maiores inclusive porque, em momentos de crise de aprendizagem, volta a circular a ideia de que bastaria “trocar o método” para resolver problemas que são também estruturais (MORTATTI MRL, 2009).

Quando Maria do Rosário Longo Mortatti descreve a “querela dos métodos”, ela mostra que o debate tende a se repetir em ciclos: propostas são retomadas, rebatizadas e disputadas como se estivessem fora do tempo, mesmo quando carregam marcas do contexto em que nasceram. Isso ajuda a interpretar por que o campo, muitas vezes, se organiza por polarizações (tradicional x inovador; sistemático x significativo), embora a prática escolar real seja mais híbrida e “misturada” do que essas categorias deixam ver (MORTATTI MRL, 2009; MORTATTI MR, 2019).

Nessa leitura, um ponto sensível é que as disputas metodológicas ficam rasas quando ignoram as concepções de linguagem que sustentam cada proposta. Em termos simples: se linguagem é vista como código, a ênfase tende a cair no treino e na progressão controlada; se é vista como prática social e interação, ganham peso os textos, os gêneros e os usos reais da escrita. Esse deslocamento muda o que se entende por “avançar” na alfabetização e também redefine o lugar do estudante no processo (GERALDI JW, 1984).

Ao mesmo tempo, os resultados indicam que a superação do “ou isso ou aquilo” passa por reconhecer a especificidade da alfabetização sem reduzir o processo a um procedimento mecânico. É nesse ponto que a contribuição de Magda Soares aparece como chave: ao discutir alfabetização e letramento, a autora sustenta que há dimensões próprias do aprender o sistema de escrita, mas que esse aprendizado perde força quando se afasta de práticas significativas de leitura e escrita. Assim, a disputa deixa de ser “qual método” e passa a ser “como organizar o ensino com rigor e sentido, ao mesmo tempo” (SOARES M, 2004).

Um dado importante, na interpretação desses achados, é que as escolhas pedagógicas não circulam isoladas: elas se articulam com documentos e políticas que influenciam formação, avaliação e material didático. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, por exemplo, organiza expectativas e referenciais que afetam

diretamente o modo como redes e escolas planejam a alfabetização inclusive em diálogo com avaliações e metas públicas (BRASIL, 2017).

Nesse mesmo cenário, políticas federais recentes também tensionam o debate. O Decreto nº 9.765/2019 instituiu a Política Nacional de Alfabetização, o que repercutiu em discussões sobre fundamentos, prioridades e a relação entre “evidências” e pluralidade teórica; e esse decreto foi posteriormente revogado pelo Decreto nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2019; BRASIL, 2023).

Isso ajuda a entender por que as disputas aparecem tão “vivas” na literatura: não se trata apenas de discordâncias entre autores, mas de disputas por hegemonia discursiva sobre o que conta como alfabetização “bem-feita”, quais práticas devem ser induzidas e quais resultados devem ser priorizados. Estudos que analisam implicações da PNA mostram justamente essa tensão entre padronização e complexidade do trabalho docente, apontando impactos no sistema educacional e na formação (JESUS JAL, 2022; MORTATTI MRL, 2019).

Outro ponto interpretativo importante é que a alfabetização, quando pensada apenas como domínio técnico, corre o risco de “apertar” a escola num formato que não dá conta das múltiplas linguagens e dos letramentos que circulam na vida real dos estudantes. Por isso, a discussão sobre letramentos e multiletramentos amplia a lente: ela não substitui a alfabetização, mas pressiona a escola a considerar práticas de leitura e escrita conectadas a repertórios culturais, mídias e gêneros diversos, em especial quando se pretende inclusão e justiça social (ROJO R, 2009).

7

Lendo o conjunto analisado, fica evidente que as “brigas” em torno do método acabam escondendo uma pergunta mais produtiva: que práticas de ensino sustentam, de fato, aprendizagem com equidade? A literatura sugere que respostas mais consistentes aparecem quando o debate sai da defesa de “receitas” e entra no terreno do planejamento pedagógico: intencionalidade, sequências didáticas bem construídas, acompanhamento contínuo, intervenções responsivas e uma formação docente que articule teoria, prática e reflexão sobre o contexto (SOARES M, 2004; GERALDI JW, 1984).

Por fim, a discussão indica que a alfabetização brasileira continuará sendo um campo de disputa enquanto persistirem desigualdades de acesso a condições de ensino (tempo pedagógico, materiais, bibliotecas, formação, apoio institucional). Nesse sentido, o achado central do estudo a presença constante de disputas entre métodos, concepções e políticas pode ser lido como um alerta: sem enfrentar as condições concretas da escola e sem formar professores para fazer

escolhas didáticas fundamentadas, a tendência é que o país siga “trocando de rótulo” enquanto o desafio real permanece (MORTATTI MRL, 2009; BRASIL, 2017).

CONCLUSÃO

Este artigo permitiu compreender que as disputas teóricas na alfabetização brasileira não se reduzem a divergências sobre “qual método usar”, mas expressam diferenças profundas de concepção de linguagem, de aprendizagem e de finalidade educativa. O principal aprendizado é que a alfabetização, por ser um processo complexo e socialmente decisivo, tende a ser constantemente disputada: cada perspectiva propõe uma forma de organizar o ensino, de interpretar o que é “progresso” e de definir o que se espera do professor e do estudante na sala de aula.

Os resultados indicaram que as polarizações entre abordagens mais sistematizadoras e propostas que priorizam o uso social da escrita aparecem com força na literatura, mas também revelaram que a prática pedagógica real costuma ser mais híbrida, exigindo decisões didáticas ajustadas ao contexto, ao desenvolvimento da turma e às condições de trabalho. Nesse sentido, mais do que defender modelos prontos, torna-se essencial fortalecer a capacidade docente de planejar, acompanhar e intervir com intencionalidade, articulando rigor no ensino do sistema de escrita com experiências significativas de leitura e produção textual.

8

Outro ponto importante é que políticas públicas e documentos orientadores influenciam diretamente as escolhas metodológicas e o modo como a alfabetização é conduzida nas redes de ensino. Isso mostra que o debate sobre alfabetização não acontece “fora” da escola: ele atravessa formações, materiais, avaliações e expectativas institucionais, podendo tanto contribuir para a organização do trabalho pedagógico quanto gerar simplificações e prescrições que enfraquecem a autonomia profissional do professor.

Como contribuição, o estudo destaca que compreender as disputas teóricas amplia o olhar do educador e evita a adesão automática a modismos ou a promessas de soluções rápidas. Quando o professor entende as bases conceituais de cada perspectiva, ele ganha mais clareza para construir práticas coerentes e para defender escolhas pedagógicas com argumentos, não apenas por tradição ou pressão externa. Assim, o debate deixa de ser um “confronto de métodos” e passa a ser uma reflexão qualificada sobre como garantir aprendizagem com equidade e sentido.

Como limitação, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não foram analisadas experiências concretas em escolas ou cursos de formação docente que pudessem mostrar, de modo direto, como essas disputas se traduzem no cotidiano de alfabetizadores e estudantes. Estudos futuros podem avançar investigando práticas reais, materiais didáticos utilizados, programas de formação e processos avaliativos em redes específicas, buscando compreender em que medida a pluralidade teórica pode se transformar em práticas pedagógicas mais consistentes e inclusivas e não apenas em alternâncias de discurso ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. S.; MELO, D. M. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019: na contramão da alfabetização na perspectiva do letramento. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, 2023; 19(50): 426-444.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2011.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2017.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione; 2009.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed; 1999.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez; 1989.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática; 1984.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas; 2002.

GONTIJO, C. M. M. Base Nacional Comum Curricular: comentários críticos. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, 2015; (2): 174-190.

MORAIS, A. G. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, 2022; 1(16): 1-14.

MORTATTI, M. R. L. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. *Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, São Paulo, 2009; 3(5): 91-114.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 2010; 15(44): 329-341.

MORTATTI, M. R. L. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo)metodológica para trás e pela direita. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, 2019; 1(10) (Edição Especial): 26-31.

ROCHA, J. G.; OLIVEIRA, M. V.; SANTOS, S. M. A Política Nacional de Alfabetização – PNA: “do direito de criticar – do dever de não mentir, ao criticar”. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, 2019; 1(10) (Edição Especial): 117-121.

ROJO, R. H. R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial; 2009.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez; 2016.

SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez; 2008. 10

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 2004; (25): 5-17.